

Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior para exercer funções na Área de Inovação e Empreendedorismo da Direção de Investigação e Desenvolvimento da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

ATA 1

Ao nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas reuniu nas instalações da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), o júri, designado pelo Diretor da FCUL, do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal não docente e não investigador da FCUL para exercício de funções na Área de Inovação e Empreendedorismo da Direção de Investigação e Desenvolvimento, na sequência do despacho autorizador de 28 de novembro de 2022.

O júri, constituído pelo Professor Doutor Jorge Augusto Mendes de Maia Alves, que preside, pela 1.º Vogal Efetivo, Mestre Ana Rita Capucho Tomé Rocha e pela 2.º Vogal Efetivo, Licenciada Anabela de Almeida Pereira, reuniu para elaborar o aviso de abertura (anexo I), fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção a aplicar no procedimento concursal comum, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro (de ora em diante designada por Portaria), propondo a seguinte ordem de trabalhos, a qual foi aceite por todos:

1. Definição dos requisitos gerais, específicos e preferenciais para o preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências.
2. Fixação dos parâmetros de avaliação de cada método de seleção:
 - Prova de conhecimentos (PC);
 - Avaliação psicológica (AP);
 - Avaliação curricular (AC);
 - Entrevista de avaliação de competências (EAC).
3. Aprovação do aviso de abertura, do modelo da prova de conhecimentos, da grelha de avaliação curricular e da grelha da entrevista de avaliação de competências.

1. Definição dos requisitos gerais e específicos para o preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências:

Os requisitos gerais de admissão a aplicar são os definidos no artigo 17.º do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (de ora em diante designada por LTFP).

No que se refere à definição de requisitos específicos e preferenciais para o posto de trabalho, o Júri deliberou por unanimidade:

1.1 Requisitos específicos (obrigatórios):

Titularidade de licenciatura ou equiparado a licenciado nas áreas de Gestão/Economia ou em Ciências/Engenharia/Tecnologia, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP. No caso de o grau ter sido obtido numa instituição estrangeira, o mesmo deve ser reconhecido por uma instituição portuguesa de acordo com o Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto e com a Portaria n.º 33/2019, de 25 de janeiro, na sua redação em vigor à data da candidatura.

1.2 Requisitos preferenciais:

1. Ser detentor de formação complementar e/ou conhecimento especializado comprovado em transferência de tecnologia/ inovação/ empreendedorismo;
2. Ter experiência profissional comprovada nas áreas de transferência de tecnologia e/ou inovação;
3. Domínio elevado comprovado de conhecimentos de inglês escrito e falado;
4. Domínio elevado comprovado de ferramentas de trabalho digitais e colaborativas.

2. Métodos de seleção: Fixação dos parâmetros de avaliação de cada método de seleção

Relativamente aos métodos de seleção a aplicar, o Júri deliberou, por unanimidade, o seguinte:

- a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da LTFP, conjugado com o artigo 17.º da Portaria, serão adotados os seguintes métodos de seleção:
 - Prova de Conhecimentos (PC);
 - Avaliação Psicológica (AP); e
 - Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).
- b) Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, exceto quando afastados, por escrito, pelos candidatos que, cumulativamente, sendo titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar, ou encontrando-se em situação de valorização profissional tenham estado, por último, a desempenhar a atribuição, competência ou

atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de seleção adotados, serão:

- Avaliação Curricular (AC); e
- Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).

De seguida, o Júri deliberou o seguinte relativamente a cada um dos métodos:

2.1 Prova de Conhecimentos (PC)

A prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como aferir o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa.

A prova de conhecimentos tem a duração de 90 minutos, sem possibilidade de consulta de documentação ou legislação, e será constituída por dois blocos de questões: um bloco de dez perguntas de escolha múltipla sobre temas/tópicos gerais relativos à Administração Pública e/ou Estatutos e Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e da Universidade de Lisboa, cobertos pela Bibliografia Geral indicada (cada resposta certa terá uma pontuação de 0,5 valores, sendo as respostas incorretas penalizadas com 0,125 valores), e um bloco de seis perguntas de desenvolvimento (cada resposta certa terá uma pontuação máxima de 2,5 valores) sobre temas/tópicos específicos da atividade para que é aberto o concurso, cobertos pela Bibliografia Específica, a saber:

- i. Metodologias/ferramentas de valorização e transferência de conhecimento;
- ii. Conhecimento do ecossistema de inovação nacional;
- iii. Gestão de projetos na área da inovação.

A prova de conhecimentos é escrita, de natureza teórica e de realização individual, efetuada numa só fase, em suporte de papel e versará sobre os temas a que se reportam a documentação e diplomas que se seguem, bem como sobre as alterações legislativas ou regulamentares que sobre eles tenham recaído e/ou venham a recair até à data da realização da prova, cuja legislação é a seguinte:

- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, na sua redação atual - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;
- Despacho Normativo n.º 14/2019, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 90, de 10 de maio, alterado pelo Despacho Normativo n.º 8/2020, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 150, de 04 de agosto - Estatutos da Universidade de Lisboa;

- Despacho n.º 11913/2021, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 233, de 02 de dezembro - Estatutos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 602/2022, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 10, de 14 de janeiro - Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual (Código do Trabalho);
- Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública - SIADAP);
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual (Código do Procedimento Administrativo).

Bibliografia específica:

Metodologias/ferramentas de apoio à criação e desenvolvimento de negócios:

- Kim, W., e Mauborgne, R. (2008), "A Estratégia Oceano Azul", Harvard Business School Press
- Ries, E. (2011), "The Lean Startup – How Constant Innovation Creates Radically Successful Businesses", Viking
- Osterwalder, A., e Pigneur, Y. (2009), "Business Model Generation"
- Osterwalder, A., et al. (2014), "Value Proposition Design"
- Clark, T., Osterwalder, A. e Pigneur, Y (2012), "Business Model You"
- Timmons, J., A. Zacharakis e S. Spinelli (2004), "Business Plans that Work", McGraw-Hill

Conhecimento do ecossistema empreendedor nacional:

- <https://startupportugal.com>
- <https://www.rni.pt/index.php>

Gestão de projetos na área do empreendedorismo e inovação:

- Vários Autores (2013), "A Alma do Negócio: Um guia prático para empreendedores em Portugal", Sabedoria Alternativa
- Saraiva, P. (2011), "Empreendedorismo: do conceito à aplicação, da ideia ao negócio, da tecnologia ao valor", Imprensa da Universidade de Coimbra
- Barker, Stephen e Cole, Rob (2015), "Gestão de projeto", Atual Editora.

A prova de conhecimentos tem uma ponderação de 70% na Classificação Final (CF) e será pontuada numa escala de 0 a 20 valores, sendo expressa até às centésimas, com caráter

eliminatório para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores ou não compareçam à mesma. Em conformidade, o Júri elaborou o modelo da prova de conhecimentos, o qual se encontra no anexo II, o qual faz parte integrante da presente ata.

2.2 Avaliação Psicológica (AP)

A avaliação psicológica visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases.

A avaliação psicológica é avaliada através das menções classificativas de Apto e Não Apto, tendo carácter eliminatório para os candidatos cuja avaliação recaia nesta última, ou que não compareçam à mesma.

2.3 Entrevista de avaliação de competências

A Entrevista de avaliação de competências (EAC) visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, a saber:

- Comunicação;
- Conhecimentos especializados e experiência;
- Iniciativa e Autonomia;
- Relacionamento interpessoal.

Comunicação (COM)

Neste parâmetro será avaliada a capacidade para se expressar com clareza e precisão, adaptar a linguagem aos diversos tipos de interlocutores, ser assertivo na exposição e defesa das suas ideias e demonstrar respeito e consideração pelas ideias dos outros.

Conhecimentos especializados e experiência (CEE)

Neste parâmetro será avaliado o conjunto de saberes, informação técnica e experiência profissional, essenciais ao adequado desempenho das funções.

Iniciativa e Autonomia (IA)

Neste item será apreciada a capacidade de atuar de modo proativo e autónomo no seu dia a dia profissional e de ter iniciativa no sentido da resolução de problemas.

Relacionamento interpessoal (RI)

Neste item será apreciada a capacidade para interagir com pessoas com diferentes características e em contextos sociais e profissionais distintos, tendo uma atitude facilitadora do relacionamento e gerindo as dificuldades e eventuais conflitos de forma ajustada.

Fórmula classificativa da entrevista de avaliação de competências (EAC)

A entrevista de avaliação de competências é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, com carácter eliminatório para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores ou não compareçam à mesma e tem uma ponderação de 30% na Classificação Final (CF), sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a considerar, de acordo com a deliberação do júri:

$$EAC=(COM+CEE+IA+RI) / 16$$

Em conformidade, o Júri elaborou a grelha para a realização da entrevista de avaliação de competências, a qual se encontra no anexo III, da qual faz parte integrante da presente ata.

2.4 Avaliação Curricular

A avaliação curricular visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, a saber:

- a) A habilitação académica ou nível de qualificação (HA)*;
- b) A formação profissional (FP)**;
- c) A experiência profissional (EP)**;
- d) Avaliação do desempenho (AD).

Cada fator tem a pontuação máxima de 20 valores.

* Neste parâmetro será apreciada a habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico, da seguinte forma:

	Nas áreas de Gestão/Economia	Nas áreas de Ciências/Engenharia/Tecnologia
Licenciatura ou Mestrado	12 valores	16 valores
Doutoramento	14 valores	20 valores

** Neste parâmetro serão ponderados a participação em Cursos, Seminários, Estágios, Simpósios, Congressos, Conferências, Colóquios, Palestras e outras ações de formação e

aperfeiçoamento profissional, frequentadas pelo candidato, relacionadas com as áreas de atuação do lugar posto a concurso, realizada nos últimos 5 (cinco) anos, não deixando, porém, de valorizar os candidatos que obtiveram formação, em áreas diversas quando aplicáveis.

Este item será valorado até um máximo de 20 (vinte) valores, sendo a valorização atribuída por cada frequência, de acordo com o seguinte:

Tipo de formação (em função do lugar a prover)	Duração da formação		
	≤ 12 horas	>12 e ≤ 30 horas	> 30 horas
Com interesse específico	2 valores	4 valores	6 valores
Com interesse complementar	1 valor	2 valores	3 valores

- Serão consideradas ações “com interesse específico”, as relacionadas com as áreas funcionais do lugar posto a concurso.
- Serão consideradas ações “com interesse complementar”, as que não incidam diretamente sobre as matérias referidas no parágrafo anterior, mas que com elas se relacionem.
- Se a duração das ações for indicada em dias, será feita a conversão na proporção de seis horas por um dia completo.
- Na falta de indicação da duração, será atribuída a pontuação relativa às ações de formação iguais ou inferiores a 12 horas.
- Se a pontuação máxima (20 pontos) for alcançada, pela formação de interesse específico, não será pontuado o item “com interesse complementar”.

Neste parâmetro apenas serão considerados os cursos de formação na área de atividade específica para que é aberto o presente procedimento concursal, que se encontrem devidamente certificados e comprovados no processo de candidatura submetido e cuja atualidade seja considerada (últimos 5 anos).

*** Será avaliado o exercício das funções que se considera contribuir especialmente para a experiência profissional no exercício das funções inerentes ao posto de trabalho a concurso e o grau de complexidade das mesmas, de acordo com as seguintes valorações:

	Com experiência 1) ou 2)	Com experiência 1) e 2)
Experiência profissional inferior a 3 anos	14 valores	16 valores
Experiência profissional entre 3 e 5 anos	16 valores	18 valores
Experiência profissional por mais de 5 anos	18 valores	20 valores

A experiência profissional na área de atuação é valorizada pelas atividades desenvolvidas de acordo com:

- 1) Experiência na área da utilização de Metodologias/ferramentas de apoio à criação e desenvolvimento de negócios;
- 2) Experiência na área da Gestão de projetos na área do empreendedorismo e inovação.

Fórmula classificativa da avaliação curricular (AC)

A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e tem uma ponderação de 70% na Classificação Final (CF), sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a considerar, de acordo com deliberação do júri.

$$AC = \frac{HA + FP + EP + AD}{4}$$

4

Em conformidade, o Júri elaborou a grelha para a realização da Avaliação Curricular, a qual se encontra em anexo IV à presente ata, da qual faz parte integrante.

3. Sistema de classificação final

3.1 A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, conforme n.º 1 do artigo 23.º da Portaria.

3.2 É excluído do procedimento os candidatos que: a) obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes; b) tenham obtido a menção de Não Apto na Avaliação Psicológica; c) não compareçam a um dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método ou fase seguintes.

3.3 Em situações de igualdade de valoração têm preferência na ordenação final os candidatos que se encontrem nas condições definidas no n.º 1 do artigo 24.º da Portaria.

3.4 A ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial é efetuada nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Portaria.

Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o procedimento. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião dada por encerrada e da mesma lavrada a seguinte ata, que, achada em conformidade, vai ser assinada por todos os presentes.

O Júri:

Presidente

1.º Vogal Efetivo

(Jorge Augusto Mendes de Maia Alves)

(Ana Rita Capucho Tomé Rocha)

2.º Vogal Efetivo

(Anabela de Almeida Pereira)

Anexos: os mencionados